

Para além da falha digital: as duas perspectivas da bibliografia

Alberto Salarelli

Tradução de Giulia Crippa (FFCLRP-USP)

Doutor em Conservação dos Bens Culturais pela Universidade de Parma. Professor Associado de Bibliografia, Biblioteconomia e Ciência da Informação da Università degli Studi di Parma (Itália)

<http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/3228>

A partir de uma abordagem teórica, o artigo discute a materialidade do livro, a bibliofilia em tempos de 'devices' digitais e as implicações de (não) definirmos o que seja um livro no contexto contemporâneo. Nesse sentido, são trabalhados o valor no cenário de livros digitais e impressos, a condição da coleção de livros no espaço-tempo e as estantes virtuais do bibliófilo evanescente.

Palavras-chaves: Livro impresso. Livro digital. Bibliofilia. Bibliografia.

The digital bibliographer: issues about book technologies in the 21st century

From a theoretical approach, the article discusses the materiality of the book, the bibliophilia in times of digital 'devices' and the implications of (not) defining what a book is in the current context. In this sense, value is worked out in the scenario of digital and printed books, the condition of the collection of books in the space-tempo and the virtual shelves of the evanescent bibliophile.

Keywords: Paper book. Digital book. Bibliophilia. Bibliography.

Recebido em 31.05.2017. Aceito em 30.06.2017

1. A bibliografia como disciplina neg-entrópica

A finalidade dessa apresentação se fundamenta em uma tentativa, isso é: a possibilidade de enfrentar algumas temáticas relativas às características e à evolução da bibliografia face aquela que um bibliógrafo italiano, Maurizio Vivarelli (VIVARELLI, 2013), define “falha digital”, isso é, a ruptura, se assim podemos defini-la, que separa os dois mundos que antecedem e seguem o aparecimento da informática, da telemática e, em particular, a difusão delas nas formas que, hoje, as caracterizam.

Começamos, para tanto, de longe, aliás, muito longe: as grandes religiões monoteístas (mas não somente elas) descrevem a criação como uma passagem de um estado de desordem para um de ordem. Conforme o livro do Gênesis, a ferramenta que Deus elaborou para obter esse resultado, ferramenta que foi, em seguida, doada à espécie humana, ou seja, o meio para tentar ordenar o mundo, é a *palavra*: a separação originária entre escuridão e luz, entre terra e águas obedece a uma ordem verbal; em seguida, Adão, em virtude de uma das primeiras liberdades que Deus lhe concede, nomeia os animais, originando o primeiro sistema taxonômico da humanidade. A partir desse momento em diante, o desenvolvimento daquela que chamamos “ciência” pode ser visto como uma melhoria progressiva dessa função de ordenação, dessa necessidade de passar do caos indistinto a um controle da realidade fenomênica na qual vivemos, processo que, ao longo do tempo, vai se aperfeiçoando através 1) da construção de um sistema de signos e a seguinte produção de inscrições; 2) a definição de um método nas atividades de identificação dos dados e dos ordenamentos dos mesmos em estruturas significativas¹.

Essa tendência peculiarmente humana em querer seguir “virtude e conhecimento”, para usar a expressão de Dante Alighieri², foi descrita por Gregory Bateson de maneira eficaz: ele, de fato, utiliza de forma renovada os termos junguianos de *pléroma*, para apontar o mundo cheio e homogêneo da matéria indiferenciada e *creatura*, para apontar, do outro lado, a atividade específica do homem, que consiste em dar uma ordem ao mundo através de uma grade interpretativa, distinguindo as coisas que nele residem e os seres que o habitam, atribuindo-lhes nomes e dividindo-os em classes: basicamente, produzindo *informações* (BATESON, 2004, p. 496-497).

O que é uma “informação”? Para Bateson, informação é uma “diferença que produz uma diferença” (BATESON, 2004, p. 493), ou seja: determinados fatos, determinados elementos que individualizamos e, de

¹ "Science is an intellectual activity carried on by humans that is designed to discover information about the natural world in which humans live and to discover the ways in which this information can be organized into meaningful patterns. A primary aim of science is to collect facts (data). An ultimate purpose of science is to discern the order that exists between and amongst the various facts" (GOTTLIEB, 1997).

² *Inferno*, XXVI, 120.

certa forma, elegemos como “significativos” entre infinitos outros possíveis, alcançam sua finalidade no momento em que, aprendidos pelo destinatário da mensagem, modificam o status existente, introduzindo uma ruptura – de fato, uma diferença – entre o que o sujeito conhecia antes e depois de receber a informação³.

Naturalmente, nem todas as diferenças são iguais: a esse respeito, Bateson fala em *classes de diferenças*, pois “toda diferença eficaz denota uma demarcação, uma linha de classificação, e todas as classificações são hierárquicas. Em outras palavras, as diferenças são, por sua vez, diferenciadas e classificadas” (BATESON, 2004, p. 498). Portanto, classificar revela-se um ato, baseado em um método, que envolve tanto o pensamento como a linguagem: identificar uma diferença e codificá-la, isto é, atribuir-lhe um nome no âmbito de uma hierarquia, representa “um fundamento capital do pensamento” (GIL, 1981, p. 1025).

É até óbvio demais sublinhar como será a especificidade do método que vai diferenciar a interpretação religiosa do mundo de uma interpretação científica e, no âmbito das ciências, uma ciência nomotética de uma ciência ideográfica. Mas, em todos os casos, são as nossas ideias, e as escolhas que decorrem delas, que nos permitem individualizar um princípio de ordenação.

Um dos grandes pais da física moderna, Ludwig Boltzmann, descrevia o mundo da Natureza como caracterizado por uma desordem elementar da qual a entropia é a medida. Para nos orientarmos nesse caos só podemos produzir diferenças, isto é, devemos agir de maneira neg-entrópica, procurando estabelecer enclaves arbitrários de ordem e sistematicidade (WIENER, 1964, p. 324) com todos os riscos de errar que esse procedimento acarreta, na medida em que somos nós que assumimos a responsabilidade de analisar e distinguir, pois o que colocamos em ação é nossa maneira específica de interagir com a realidade factual⁴: produzir informações é, portanto, uma forma de projetar um raio de luz nas trevas, por isso (ou melhor, por isso também) “amamos a informação: nossa cabeça está cheia dela e buscamos mais” (BERNSTEIN, 1990, p. 177).

A essa altura podemos perguntar o que tudo isso tem a ver com a Bibliografia. Se observarmos os termos que utilizamos até agora – ordem, método, informação, classificação, sistematicidade – podemos facilmente relevar como eles revelam uma natureza peculiarmente bibliográfica e, ainda, conforme Hans Blumenberg (BLUMENBERG, 1981), é exatamente o valor que atribuímos à nossa frequência dos livros que nos forneceu o

³ É oportuno observar como a ideia que produzir informação é uma atividade ligada à capacidade de estabelecer diferenças fora elaborada já no século XVII por John Wilkins: “In the general it may be concluded, that any sound [...] or any object of sight [...] which is capable of a double difference, may be a sufficient means whereby to communicate the thoughts” (WILKINS, 1694, p. 133).

⁴ Como afirmava Niels Bohr, em referência à teoria dos quantos: “There is no quantum world. There is only an abstract quantum physical description. It is wrong to think that the task of physics is to find out how nature is. Physics concerns what we can say about nature”. Citado in Petersen (1963, p. 12). E ainda: “O que tem a ver o que sabemos ou não sabemos com as leis que regem o mundo? A pergunta é legítima, e a resposta, sutil. Colher e balão se comportam com o devem, seguindo as leis da física, de maneira totalmente independente do que nós sabemos ou não sabemos sobre eles. A previsibilidade ou imprevisibilidade do comportamento deles na7o concernem seu estado exato. Concernem a classe limitada de suas propriedades com a qual interagimos” (ROVELLI, 2014, p. 62).

arsenal lexical e conceitual que usamos para explicar o mundo. Uma hipótese, essa blumenberguiana, sem dúvida fascinante por sua capacidade de interpretar o advir do pensamento ocidental na base de uma relação complexa, às vezes atormentada, com a ideia de livro, com o livro enquanto metáfora do mundo. O fato de tal metáfora poder ser considerada aquela excelente (e não somete uma entre as muitas que merecem ser consideradas) e, principalmente, o fato que sem ela a práxis científica como a entendemos hoje não teria sido possível (NATOLI, 2004, p. 60) permanece, obviamente, matéria aberta para debate.

O que é certo é que, no mesmo patamar de outras construções do pensamento humano, a bibliografia também pode ser definida como uma disciplina embasada em um conjunto de atividades, técnicas e conceitos utilizados para colocar em ordem se não o mundo inteiro, pelo menos uma parte importante dele. Portanto, a bibliografia é, com todo direito, uma disciplina neg-entrópica.

2. A bibliografia e os livros

Qual é a parte de mundo que, em específico, a Bibliografia se propõe a ordenar, em relação às outras disciplinas neg-entrópicas, ou seja, qual é sua especificidade?

Em primeiro lugar, os objetos para os quais se volta: desde seu nascimento e ao longo de boa parte de sua história, a bibliografia tem se ocupado de livros. Os livros são uma espécie particular daqueles documentos desenvolvidos em um específico contexto social para registrar informações que “conscientemente” se considera que devem ser transmitidas no tempo: portanto, informações destinadas a perpetuar, intencionalmente e estavelmente, um conjunto de conhecimentos. Como escreveu Robert Escarpit “o homem, para fugir a esse aperto [do tempo] elaborou aquele *contraevento* constituído perlo *documento*” (ESCARPIT, 1979, p. 72).

E, porém, bastante evidente que não podemos considerar documentos única e exclusivamente aqueles “produtos informacionais” que apresentam características de intencionalidade e estabilidade. Ainda hoje, vinte anos depois do conhecido artigo de Michael Buckland *What is a document?* (BUCKLAND, 1997), o conceito de “documento” continua sendo objeto de um debate epistemológico, com tons acirrados, que se refletem uma quantidade notável de contribuições científicas⁵. Basicamente, nesse texto, o que gostaria de afirmar é que a bibliografia, histórica e tradicionalmente, não se ocupou de documentos não intencionais e instáveis. Pelo contrário, individuou como objeto de sua reflexão aqueles documentos particulares que, talvez mais que outros, representaram um desafio do homem perante o tempo: os livros⁶. Mas o que é um livro?

⁵ Veja-se por exemplo, Hjørland (2000); Sokolov (2009); Gorichanaz; Latham (2016).

⁶ Lembremos o verso de Virgílio que se refere à própria criação poética: “Exegi monumentum aere perennius” (*Odes*, III, 30, 1), isso é: “erigi um monumento mais duradouro do bronze”.

Parafraseando Gertrude Stein poderíamos afirmar que “a book is a book is a book”: não há necessidade de explica-lo: todos sabemos. Ou, se quiséssemos agarrar elementos objetivos, poderíamos nos voltar para a já famigerada definição da UNESCO: “A book is a non-periodical printed publication of at least 49 pages, exclusive of the cover pages, published in the country and made available to the public” (UNESCO, 1964). Em ambos os casos, todavia, obtemos pouco no plano ontológico em relação ao conceito de livro: muito lábil a natureza noética da primeira abordagem, muito circunstanciada a uma manifestação concreta específica a segunda. Vamos nos debruçar, por outro lado, sobre as características de “livritude” (*bookness*) que todo livro possui, independentemente da forma em que se manifesta (RONCAGLIA, 2010, p. 18-24). Um ponto de partida interessante pode ser individuado na definição da *Encyclopædia Britannica*:

A book may be defined, therefore, as a written (or printed) message of considerable length, meant for public circulation and recorded on materials that are light yet durable enough to afford comparatively easy portability. Its primary purpose is to announce, expound, preserve, and transmit knowledge and information between people, depending on the twin faculties of portability and permanence⁷.

Uma mensagem escrita, portanto, voltada ao público, registrado em sistemas que garantem durabilidade e portabilidade. Ainda não é suficiente. De fato, se pensarmos a respeito, qualquer blog poderia entrar nessa definição. É preciso ir além. As características específicas daquela categoria de “publicações” (isto é: de documentos voltados para o público) que definimos *livros*, afirma Paola Dubini (DUBINI, 2013, p. 3-11), são três, são elas:

autorialidade (os conteúdos são definidos sob a responsabilidade do autor e do editor);

certificação (a forma “livro” permite certificar um conteúdo determinado em um momento exato: o livro é *aquela configuração específica* de conteúdos não outra);

fechamento (o livro não é uma obra em devir, um conteúdo “líquido”: pelo contrário, é definido em forma estável em um tempo determinado).

Os livros, em outras palavras, são “documentos fortes”⁸, na medida em que são autorais. Certificados e fechados: esta substância – afirma

⁷ BOOK. *Encyclopædia Britannica*, 1999. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/book-publication>>. Acesso em: 8 mar. 2017.

⁸ O significado que aqui damos de livro como “documento forte” difere do valor que Maurizio Ferraris da a essa expressão. Para ele, os documentos fortes são inscrições de uma ata, enquanto os fracos são o registro de um fato (FERRARIS, 2009, p. 299). Na teoria documental de Ferraris, os livros seriam parte daquela

Dubini – é em tamanha medida da natureza dos livros que não pode ser discutida nem pela separação entre conteúdo e suporte, característica do e-book⁹.

Além das particulares qualidades de seu objeto privilegiado de estudo, precisa observar uma outra especificidade da bibliografia: ela se embasa no uso de uma metodologia combinada de análise e de síntese (ESCARPIT, 1979, p. 181) que podemos considerar, no plano estrutural, como essencial à existência da própria disciplina, mesmo que, em uma perspectiva histórica (ou, se quisermos, em uma relação sintagmática) essas duas atividades assumam pesos e combinações diferentes, produzindo aquelas que são as diversas tipologias através das quais se expressa a prática bibliográfica.

A análise consiste no exame daqueles vestígios que, oportunamente solicitados, conseguem produzir informação para o leitor. Sem conhecer o que o leitor de fato procurará, cada bibliografia é um exercício de *análise de previsão* (ESCARPIT, 1979, p. 181). Individualizados os elementos que se presumem úteis, procede-se ou julgamento seletivo, isso é, à síntese, ou seja, a bibliografia enquanto produto sempre é uma *crestomancia*, isto é, uma síntese de elementos úteis (*khrestos*), ou que se imagina que podem ser úteis.

A escolha dos instrumentos de análise, das formas de síntese e seu recíproco balanceamento são de competência e responsabilidade do bibliógrafo, e é por isso que – como destacou Krummel – mesmo que em graus diferentes, cada bibliografia carrega junto um juízo de valor subjetivo do compilador (KRUMMEL, 1984, p. 144). A redação de uma bibliografia deve ser considerada como um verdadeiro ato comunicativo a ser inscrito em uma hipótese de construção mais ampla, onde o contexto e a finalidade assumem valores determinantes para a finalidade da sistematização das informações. A síntese bibliográfica, de fato, pode ser considerada como um produto da pesquisa que pode ser reconduzida ao conjunto dos que Ferraris define “construções de segundo nível” (FERRARIS, 2009, p. 116), isso é, inscrições social e culturalmente condicionadas que, para ser plenamente entendidas, não podem fugir a uma cuidadosa indagação hermenêutica.

Objeção: mas, então, se a bibliografia nasce com a ambição de indagar uma realidade documentária específica, o livro, suas metodologias não podem se aplicar fora dos livros? Minha resposta é: sim, claro que podem. Com os riscos ligados ao uso de um alicate para colocar um prego na parede: melhor que nada (isto é, tentar pregar o prego na parede com a cabeça).

Na verdade, a meu ver, tudo depende de quanto nos afastamos da forma livro.

categoria especial de documentos que se definem “obras”. As obras possuem, como característica básica, não somente o fato de se dirigir a uma forma de leitura pública (p. 192), mas também o de não ter finalidades práticas (p. 305) em relação a outras tipologias de documentos – as “atas” – que, por sua vez, produzem determinados efeitos sociais.

⁹ Ver também Darnton: “Impressos em papel ou armazenados em servidores, eles corporificam o saber, e sua autoridade deriva de algo que excede a mera tecnologia que os tornou possíveis”. (DARNTON, 2010, p.16).

Enquanto disciplina neg-entrópica, tudo pode, potencialmente, recair em seus interesses. Esta, por exemplo, é a hipótese de Donald McKenzie: isso é, uma espécie de pan-bibliografia que pode ser aplicada em qualquer situação em que se reconhece – atenção! – não um *livro*, mas um *texto*, qualquer que seja a forma concreta por ele assumida¹⁰. Com efeito, as metodologias de indagação bibliográfica se desenvolveram com base em categorias documentárias específicas, em documentos específicos: os livros. E isso não é pouca coisa. Afirmar, como fez W.W.Greg, que é a metodologia bibliográfica o verdadeiro elemento que distingue a disciplina, e não os objetos aos quais ela se aplica¹¹, nos permite ampliar de vez a perspectiva da própria disciplina, mas não por isso nos absolve de considerar como o instrumento com o qual observamos tenha sido criado tendo em vista as necessidades de descrição de uma única tipologia específica de documentos: os livros. É, portanto, obvio que, caso o método bibliográfico seja aplicado em outros contextos, não se pode excluir que possam se apresentar ambiguidades na fase da análise e distorções na fase da síntese. Portanto, o permanecer do fator “B” mesmo em abordagens descritivos e de ordenação de documentos entendidos em um amplo sentido (por exemplo: *International Standard Bibliographic Description*, ou *Functional Requirements for Bibliographic Records*) é sintomático de uma maneira peculiar de ver o mundo que pode não garantir a melhor interpretação de todos os fenômenos informacionais, mesmo perante sua heterogeneidade e a quantidade cada vez maior de documentação produzida. Todavia – como procurarei demonstrar na segunda parte desse artigo – mesmo com suas falhas, a bibliografia continua a manter, nesse mundo contemporâneo tão complexo, um papel significativo como disciplina apta à descrição e indexação dos documentos.

3. Além da falha digital

Como todas as disciplinas que, historicamente, individualizaram como finalidade de sua existência a função de preservação da memória coletiva e a preparação de instrumentos aptos ao seu uso com a maior eficiência possível, a bibliografia vive, hoje, uma fase de crise profunda. Essa crise se determina por dois fatores: enquanto o primeiro é contingente, o segundo revela-se arraigado à sua própria existência. O fator contingente consiste – é visível a todos – no porte da revolução digital no plano das atividades de tratamento da informação e naquele estritamente relacionado da conceituação dessas práticas de tratamento: da técnica para a teoria, em suma. É uma trajetória evidente, por

¹⁰ “Parece-me que seria mais útil definir a bibliografia como estudo da ‘sociologia dos textos’ [...] Com o termo ‘textos’ quero dizer os dados verbais, orais, visuais, numéricos, sob forma de mapas geográficos, impressos e música, de arquivos de sons gravados, de filmes, de vídeo, de informações memorizadas nos computadores; tudo, enfim, desde a epigrafia até as formas mais modernas de discografia. Não há saída perante o desafio lançado por essas novas formas textuais” (McKENZIE, 1999, p. 19).

¹¹ “What I am concerned with is a system of investigation and a method of description, and if, with minor modifications, it can be made to apply to clay cylinders and rolls of papyrus as well as to codices of vellum or paper, so much the better. It is the method itself, not the object to which that method is applied, that gives unity to a science” (GREG, 1911, p. 42).

exemplo, no desenvolvimento das ciências da informação que, nascidas com bases eminentemente quantitativas (a teoria clássica da informação de Shannon, como se sabe, não se ocupa dos aspectos semânticos da informação) encontram-se ladeadas por reflexões de matriz sociocultural nas quais os aspectos de interpretação e recepção do significado informacional resultam essenciais à compreensão do ato comunicativo (SALARELLI, 2012, p. 79-91). Em outras palavras, o aparecimento de novos documentos levou ao aparecimento de novas disciplinas para o seu tratamento que, pelo menos para uma parte de seus objetivos, se colocam em alternativa à abordagem bibliográfica tradicional.

O fator consubstancial, por outro lado, se obtém na vicissitude diacrônica da bibliografia, marcada por uma recorrente ansiedade de desempenho perante a tarefa que ela mesma se atribuiu e de uma relativa e subsequente instabilidade epistemológica face aos seus próprios métodos, suas aquisições e na relação com as disciplinas contíguas.

Portanto, depois da falha digital, quais são as perspectivas que se abrem para a indagação bibliográfica?

Parece-me que a previsão, feita por Luigi Balsamo na metade da década de 1980, de uma bipartição da prática bibliográfica (BALSAMO, 1984), não perdeu sua validade. Quais são, assim, as perspectivas da bibliografia?

Como primeira perspectiva podemos considerar a *bibliografia textual*, isso é, o estudo da transmissão material dos documentos literários, mas, naturalmente, não só deles. Esta aponta para o fornecimento de indicações úteis para reconstituir certas modalidades e acontecimentos da transmissão dos textos que interessam a filologia ou a sociologia dos textos. Tanto que se entenda *stricto senso*, ou seja, pelo conceito de livro (como fizeram os *new bibliographers*), ou *latu senso* (lembramos a hipótese de McKenzie), estamos sempre perante um estudo das formas materiais de produção e de transmissão de documentos que definimos “fortes”. É uma bibliografia de matriz histórica, fundamentada em uma indagação sobre as condições materiais do documento, mas também atenta ao contexto social: é uma verdadeira viagem, no sentido apontado por Mauro Caproni: “a Bibliografia, em sua essência, é uma peregrinação no espaço mental e, contemporaneamente, uma trajetória no tempo e contra o tempo” (CAPRONI, 2008, p. 21).

Nessa perspectiva de pesquisa erudita os documentos digitais – suas características, sua disseminação, seus efeitos – se tornam um dos possíveis temas de pesquisa, no mesmo nível dos livros impressos em papel.

A segunda perspectiva é a da *bibliografia de repertório*, que se interessa da descrição dos documentos para produzir instrumentos de recuperação da informação: aqui, o papel da informática é fundamental, pois ela não mais é entendida como técnica que contribui à criação de um objeto de estudo, como na perspectiva anterior, mas é uma técnica que oferece novas perspectivas à própria metodologia da pesquisa. Em termos epistemológicos estamos perante um verdadeiro salto de qualidade: se, teoricamente, um documento digital, para a bibliografia textual, poderia

ser estudado por abordagens, digamos, tradicionais, no caso da bibliografia de repertório nos deparamos com um conjunto de técnicas que permitem atividades de análise muito aprofundadas que se dilatam para um horizonte documentário muito amplo, onde convivem documentos fortes e fracos: um mecanismo de busca generalista, sabemos, indexa tanto os livros digitalizados, tanto os blogs e as redes sociais. Poderia-se, mesmo assim, objetar que é possível circunscrever a busca somente em âmbitos distintos, isso é, em categorias específicas de documentos digitais, coisa sem dúvida possível. O que, porém, não muda é que todos os documentos, na medida em que são digitais e não enquanto livros ou posts em um blog ou no Facebook, são, de fato digitais, portanto todos podem ser tratados da mesma maneira, indistintamente. A *mission* de Google, lembramos, “is to organize the world’s information”: informações, não livros.

Quais as consequências?

A primeira importante consequência dessa nova abordagem bibliográfica é, de fato, uma atividade de análise poderosamente granular, com a vantagem de poder criar categorizações dos documentos na base de agrupamentos significativos, graças, por exemplo, ao mapeamento do uso de uma terminologia (e de um conceito) ao longo do tempo.

A desvantagem é que essa prática enfraquece o conceito de documento em prol do conceito de informação, como já evidenciara Tim Berners-Lee quando expressou, em 2009, o presságio de que se transitaria de uma web dos documentos para uma web dos dados (RUBIN, 2009), com todas as implicações que essa passagem pode ter na definição de web semântica. Mesmo assim, o que raramente é lembrado é como o próprio Berners-Lee esclarecera que os *linked data* não substituem a web dos documentos, mas se apoiam neles como nova camada (*layer*), constituída por conexões semânticas específicas. Isso significa que a nova camada semântica (a dos *linked data*, especificamente) não faz sentido em uma dimensão independente da camada abaixo. Isso significa, banalmente, que não é suficiente reduzir um documento em triplas, para explicitar seu potencial comunicativo inteiro. O fato é que o modelo no qual se fundamentam os *linked data* ainda sofre com limites estruturais que prejudicam a eficácia efetiva em termos de uso: tal modelo, no momento, não tem condições de expressar de maneira convincente a complexidade das conexões que unem de maneira recíproca os dados oriundos de arquivos diferentes, em função da incoerência expressiva dos valores semânticos de um *dataset* em relação a um outro (PRATEEK, 2010, p. 82-86). Ainda não é suficiente: um documento, com efeito, não se constitui somente de dados e de suas relações, mas também daquelas características de projeto que, como acima acenado, mantêm esses dados unidos em um conjunto sensato e coerente; trata-se de uma dimensão, esta, que a web semântica ainda não considera, e que, portanto, precisa de ulteriores instrumentos para se tornar explícita com a finalidade, por exemplo, de poder interpretar e reutilizar de forma correta os dados ligados a uma determinada experiência científica (BECHOFER, 2013, p.

602). E é exatamente sobre estes aspectos que a bibliografia, hoje, ainda tem algo importante a dizer.

4. Em defesa do conceito de documento

A tendência a privilegiar a dimensão conectiva de um sistema de informação em relação aos elementos a serem conectados não surgiu do nada com o aparecimento da *web of data*. Já na década de 1970, com efeito, um eminente cientista como Lewis M. Branscomb afirmava que os documentos são só “subprodutos ocasionais do acesso à informação, e não sua principal encarnação” (BRANSCOMB, 1979). Eram os anos em que começavam a se desenvolver os *database* relacionais, fato que nos leva a considerar um fenômeno recorrente na história das técnicas de tratamento dos dados: cada vez que cria-se hipoteticamente (mas, principalmente, que se implementa) um sistema que, de maneira mais ou menos velada, se inspira ao Memex de Vannevar Bush, celebra-se o enterro do documento ou, pelo menos, sua recolocação em subordem, com a apoteose de um conceito mais brilhante, rápido e flexível, o de informação. Isso aconteceu com a chegada dos sistemas Entidade-Relação, depois com a invenção da web, de novo com sua evolução no sentido participativo, finalmente com os *Linked Data*. Nessas ocasiões, junto ao documento, tendem a serem consideradas sob uma luz negativa também as disciplinas tradicionais que se ocupam de sua organização e preservação e, dentre elas, naturalmente, a bibliografia, pois são acusadas de serem rígidas, engessadas na aplicação pervicaz de taxonomias impostas de cima. Em outras palavras: incapazes de fazer emergir o potencial informacional contido nos materiais que são objeto de seu tratamento. Esse potencial, pelo contrário, considera-se que possa ser desencadeado por uma abordagem que emerge de baixo (definida como *folksonomia* ou como inteligência coletiva, conforme os casos) e caracterizada por ordenamentos prometeicos e multidimensionais cada vez concordados pelos diversos sujeitos que participam da ação comunicativa. Como afirmou há um tempo atrás Elena Esposito, o modelo de organização do saber proposto pela biblioteca é obsoleto porque “orientado para o ideal de um conhecimento unitário e convergente, enquanto se propõe mais uma abordagem performativa, voltada para a capacidade de manter as conexões mais que os conteúdos” (ESPOSITO, 2001, p. 224). Uma ideia perfeitamente alinhavada com a afirmação de David Weinberger de que o mundo é bonito porque “everything is miscellaneous” (WEINBERGER, 2007).

Agora, em princípio, pode-se e deve-se convir sobre o fato de a definição da rede de relações capazes de conectar entre si os vários documentos representar a verdadeira dimensão heurística da atividade de mediação da informação: de fato, é sobre este assunto que se estabelece toda teoria bibliográfica. Por outro lado, o que se corre o risco de perder de vista, assumindo como válidas as posições extremas de quem enaltece

unicamente a dimensão sintáticas do saber, é o papel essencial constituído pela configuração dos territórios que se gostaria de conectar com as pontes da comunicação. Perguntamo-nos então, por que as profecias recorrentes sobre a morte do documento não se realizaram? Por que, pelo contrário, se continua buscando com insistência soluções para garantir, mesmo no contexto digital, aquelas condições de validação autoral, de datação, de integridade, herdadas do mundo dos documentos analógicos, condições que a bibliografia sempre defendeu? Em suma: por que “prognosticado como velocidade, ruído, potência, prevalência da imagem e da palavra, o futuro se realiza como silêncio, escritura arquivo” (FERRARIS, 2009, p. 203)?

A resposta é que a construção da realidade social baseia-se nos documentos fortes, isso é, naqueles sujeitos sociais particulares que transformam a volatilidade da comunicação da informação em agregações de dados suficientemente estáveis para poder, de fato, construir algo. Quando afirmo “suficientemente estáveis”, claro, não quero dizer documentos graniticamente constituídos de uma vez por todas: como observou Robert Darnton “Em vez de lidar com documentos fixos e estabelecidos, precisamos lidar com textos múltiplos, mutáveis” (DARNTON, 2010, p. 47) e, todavia, não há dúvidas de que aquele “physical embodiment” (para usar a terminologia de FRBR) constituído pelo ato de registrar o dado em suporte físico, assim como não pode ser considerado da mesma maneira no plano da *práxis*, ao mesmo tempo não produz documentos que podem ser considerados do mesmo valor para a vida social a qual, pelo menos até hoje, impõe a existência (e, portanto, a definição) de formas precisas de autoria, de certificação e de integridade para determinadas – e fundamentais – categorias documentárias.

Esta estabilidade, gostando ou não, é o resultado de regras, de aparatos e de autoridades com o ônus de criar aquelas condições mínimas de convivência sem as quais convívio social algum, mas em particular o nosso, caracterizado por uma complexidade sem comparação, poderia se manter. Tentem imaginar um mundo, como aquele hipnotizado por Weinberger, baseado na contínua reorganização de fragmentos de documentos por parte dos usuários. Um mundo onde todo princípio de autoridade é tendencialmente excluído, pois cada um é capaz de mensurar a certeza e a seriedade das informações que obtém. Um mundo de informações continuamente reinterpretadas porque totalmente descontextualizadas. Muito bem, se as coisas mudassem de signo dessa maneira, nosso mundo atual implodiria sobre si mesmo: objetos sociais tais quais “norma de lei”, “ato de compra e venda”, “protocolo sanitário”, “artigo científico” não teriam mais característica nem função específica alguma face um amontoado informacional sem referência de autoridade ou proveniência.

Poderíamos sobreviver? Claro que sim, mas deixo a vocês imaginar as condições dessa sobrevivência: temo que as regras do contrato social precisariam ser escritas de novo. A realidade dos fatos me parece bem sintetizada por essa afirmação de Giuseppe O. Longo: ele escreveu que “em volta de ilhas de altíssima estruturação flutuam oceanos de lixo

informativa levemente movido pelas ondas flácidas da mídia de massa” (LONGO, 2003, p. 3). Se, portanto, como acredito, também além da falha digital não se pode prescindir dos documentos, a bibliografia pode nos fornecer algumas pontes de referência úteis, em primeiro lugar, no plano conceitual, para organizar estas ilhas de altíssima estruturação. Todos os esforços que fazemos rumo à construção de *authority files* cada vez mais aperfeiçoados, e instrumentos de endereçamento permanente cada vez mais estáveis, de assinaturas digitais capazes de garantir autoria e integridade, de marcadores temporais confiáveis, de listas de recursos atualizados e autorizados, podem ser reconduzidos a instâncias bibliográficas exatas, pois especificamente bibliográfica é a ideia que, para poder avaliar a informação, é necessário conhecer sua fonte¹². E assim a provação da bibliografia, para ecoar o título de um trabalho de Alfredo Serrai (SERRAI, 2001), em busca de uma ordem socialmente compartilhada no universo dos documentos – sempre limitado pelas capacidades humanas e pelas características dos instrumentos utilizados, sempre discutível em relação aos critérios que foram eleitos como fundamento da empreitada, além de toda veleidade universalista que, em fases recorrentes emerge ao longo da história da disciplina – é de qualquer maneira necessária para evitar de afogar em um indistinto *mare magnum* de dados onde todas as interpretações se tornam possíveis mas nenhuma é, de fato, útil.

Referências

- BALSAMO, L. *La bibliografia: storia di una tradizione*. Firenze: Sansoni, 1984.
- BATESON, G. *Verso un'ecologia della mente*. Milano: Adelphi, 2004.
- BECHOFER, S. [et. al.]. Why linked data is not enough for scientists, *Future Generation Computer Systems*, v. 29, n. 2, p. 599-611, 2013, Disponível em: <DOI: 10.1016/j.future.2011.08.004>. Acesso em: 8 mar. 2017.
- BERNSTEIN, J. *Uomini e macchine intelligenti*. Milano: Adelphi, 1990.
- BLUMENBERG, H. *La leggibilità del mondo: il libro come metafora della natura*. Bologna: Il Mulino, 1981.
- BOOK. *Encyclopædia Britannica*, 1999. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/book-publication>>. Acesso em: 8 mar. 2017.
- BRANSCOMB, L. M. Information: the ultimate frontier. *Science*, v. 203, n. 4376, p. 143-147, 1979.

¹² "The idea that bibliographical information systems should be reduced to fact retrieval systems is a problematic assumption. I agree with Rayward that this view is related to a kind of obsolete positivism. I also see this view as one reason for the use of the terms 'information' and 'information science'. Because it is of interest to know the source (in order to compare it with other sources and to evaluate its cognitive authority), document retrieval should not ideally be reduced to fact retrieval systems" (HJØRLAND, 2000, p. 33).

BUCKLAND, M. What is a "Document"? *Journal of the American Society for Information Science*, v. 48, n. 9, p. 804-809, 1997.

CAPRONI, A. M. *I pensieri dentro le parole*. Scritti di teoria della bibliografia. Manziana: Vecchiarelli, 2008.

DARNTON, R. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DUBINI, P. *Voltare pagina? Le trasformazioni del libro e dell'editoria*. Milano-Torino: Pearson, 2013.

ESCARPIT, R. *Teoria dell'informazione*. Roma: Editori Riuniti, 1979.

ESPOSITO, E. *La memoria sociale*. Roma-Bari: Laterza, 2001.

FERRARIS, M. *Documentalità. Perché è necessario lasciare tracce*. Roma – Bari: Laterza, 2009.

GIL, F. Sistematica e classificazione. *Enciclopedia*. v. 12, p. 1024-1044. Torino: Einaudi, 1981.

GORICHANAZ, T.; LATHAM, K. F. Document phenomenology: a framework for holistic analysis. *Journal of Documentation*, v. 72, n. 6, p.1114-1133, 2016.

GOTTLIEB, S. F. *What is science?* Presentation at the Harbinger symposium "Religion & Science - the Best of Enemies, the Worst of Friends", Medical School Auditorium, University of South Alabama, April 3, 1997. Disponível em: <http://www.theharbinger.org/articles/rel_sci/gottlieb.html>. Acesso em: 8 mar. 2017.

GREG, W. W. What is Bibliography? *Transactions of the Bibliographical Society*, v. 12, p. 39-53, 1911-1913. Disponível em: <library.oxfordjournals.org/content/TBS-12/1/39.full.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2017.

HJØRLAND, B. Documents, memory institutions and Information Science. *Journal of Documentation*, v. 56, n. 1, p. 27-41, 2000.

KRUMMEL, D. W. *Bibliographies: Their Aims and Methods*. London-New York: Mansell, 1984.

LONGO, G. O. *Il nuovo Golem*. Come il computer cambia la nostra cultura. Roma-Bari: Laterza, 2003.

McKENZIE, D. F. *Bibliografia e sociologia dei testi*. Milano: Sylvestre Bonnard, 1999.

NATOLI, S. *Parole della filosofia*. Milano: Feltrinelli, 2004.

PETERSEN, A. *The Philosophy of Niels Bohr*. Bulletin of the Atomic Scientists, Chicago, v. 19, n. 7, p. 8-14, set. 1963.

PRATEEK, J. [et. al.]. Linked Data is merely more data. In: *Linked Data meets Artificial Intelligence*, edited by Dan Brickley, Vinay K. Chaudhri,

Harry Halpin, and Deborah McGuinness, Palo Alto, California, 22–24 March 2010. Menlo Park, California: AAAI Press, 2010, p. 82-86.

ROVELLI, C. *Sette brevi lezioni di fisica*. Milano: Adelphi, 2014.

RUBIN, J. *From the Web of Documents to the Web of Data*. 2009. Disponível em: <<https://www.emc.com/leadership/articles/berners-lee.htm>>. Acesso em: 8 mar. 2017.

SALARELLI, A. *Introduzione alla scienza dell'informazione*. Milano: Editrice Bibliografica, 2012.

SERRAI, A. *Il cemento della bibliografia*. Milano: Sylvestre Bonnard, 2001.

SOKOLOV, A. V. The epistemology of documents (A methodological essay). *Automatic documentation and mathematical linguistics*, v. 43, n. 2, p. 57-68, 2009.

UNESCO. *Recommendation concerning the International Standardization of Statistics Relating to Book Production and Periodicals*. Paris: 1964. Disponível em: <http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13068&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Acesso em: 8 mar. 2017.

VIVARELLI, M. *Le dimensioni della bibliografia: scrivere di libri al tempo della rete*. Roma: Carocci, 2013.

WEINBERGER, D. *Everything is miscellaneous: the power of the new digital disorder*. New York: Times Books, 2007.

WIENER, N. *I am a mathematician: the later life of a prodigy*. Cambridge: MIT Press, 1964.

WILKINS, J. *Mercury, or, The secret and swift messenger: shewing, how a man may with privacy and speed communicate his thoughts to a friend at any distance*. London: Printed for Richard Baldwin, 1694.